

## Zago ataca a autonomia da USP

Ao judicializar a greve dos funcionários técnico-administrativos da USP, a Reitoria ataca frontalmente a autonomia das estaduais paulistas, duramente conquistada pela greve de 1988 e considerada pela maioria do corpo da universidade como um dos mais importantes avanços obtidos pelo nosso movimento.

Contra providência análoga, perpetrada em 2007 pelo então governador José Serra, insurgiu-se o corpo das estaduais paulistas, que após movimento de peso político intenso conseguiu reverter a posição do governo: todos se lembram do Decreto Declaratório nº1 (<http://bit.ly/1rEUW4D>), restabelecendo não só a constituição do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), como também que as negociações das reivindicações de docentes, funcionários e estudantes se dariam entre Fórum das Seis e Cruesp.

Se o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP) decidir um índice de reajuste para os funcionários da USP (algo que está na alçada deste braço do Judiciário), a negociação salarial entre Fórum das Seis e Cruesp estará seriamente comprometida. Terá sido retirada do estamento adequado e remetida para fora das universidades a autonomia de gestão financeira e administrativa inscrita, após muita luta, na Constituição do país.

Providência desta gravidade soma-se a muitas outras que incluem ameaças, confisco ilegal de salários de milhares de funcionários, ataques desferidos contra o corpo da universidade e à própria USP. Tudo isso, na perspectiva de implantar uma versão mais radical do modelo operacional de universidade — receita recomendada há anos pelo Banco Mundial e consolidada no protocolo de Bolonha.

**E o HRAC?** Agride a autonomia universitária a decisão do

Co de modificar o artigo 8º do Regimento Geral, retirando o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC, “Centrinho”) da relação de órgãos complementares da USP. Por decisão de Assembleia, a Adusp é contrária à proposta, mas independentemente disso há preliminares que deveriam ter sido consideradas. Por exemplo: houve ou está em curso algum entendimento entre a USP e a Secretaria da Saúde (e o governo) sobre o assunto? Se houve, qual é o seu conteúdo? É essencial conhecer os termos de eventuais negociações antes de qualquer decisão responsável pelo Co. Parece que nada aprendemos com experiências anteriores.

Em contrapartida à autarquização do Hospital de Botucatu, o governo exigiu a instalação de 11 cursos de engenharia — e lá se foi a autonomia da Unesp. Será que não foram instrutivas a incorporação de Lorena pela USP e a criação do *campus* de Limeira pela Unicamp? O compromisso de recursos perenes assumido pelo governo (e firmado no papel) jamais se concretizou! Não há por que modificar Regimento ou Estatuto sem ter debatido à exaustão as condições impostas pelo governo, sob sério risco de comprometer a autonomia. Por outro lado, se não há entendimentos em curso, também não há razão para modificar o Regimento Geral da USP. Será que a Reitoria pretende submeter o Co a “fatos consumados”?

**Império Persa?** O método adotado agora é idêntico ao da gestão anterior: fazer o que bem entende, sem a mínima atenção às outras universidades, ao Cruesp ou a quem quer que seja. A postura de J.G. Rodas — duramente criticada pela atual Reitoria da Unicamp — está sendo mantida pela gestão M.A. Zago, o que não a impede de insistir no mantra “não vi, não sei, não participei”

(embora ambos, reitor e vice, fossem pró-reitores daquela gestão e membros do Co).

Neste processo, a Reitoria despreza congregações e direções de unidades e museus. Entre as analogias que vêm à mente, sobressai a estrutura do Império Persa: o imperador decide e impõe aos governadores de província (sátrapas) o cumprimento de suas decisões nas diversas unidades da USP (sátrapas).

**E o reajuste?** Na sessão de 26/8, o reitor remeteu para uma sessão extraordinária do Co, a ser realizada em 2/9 (dia do Ato SOS-USP), as questões relativas ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e ao reajuste salarial. Foi dado um curtíssimo prazo para que membros do Co e Congregações enviem propostas de como tratar tais questões, a serem consolidadas pela COP e remetidas para debate em 2/9.

Para além da confusão instalada e do desrespeito às instâncias deliberativas, a Reitoria da USP promove uma armadilha: tenta co-responsabilizar os membros do Co pelo arrocho salarial pretendido; e, dada a inexperiência do colegiado em tratar com este tipo de política, induz, pelo catastrofismo que prega, uma deliberação que inviabilize qualquer tipo de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp em 3/9.

É bom lembrar que, assim como o Fórum das Seis, o Cruesp opera por meio de consenso, sendo necessário que cada Reitoria tenha alguma flexibilidade na reunião entre os reitores. Assim, é fácil escapar da armadilha preparada por M.A. Zago: basta tomar uma decisão nos seguintes moldes: “O Co da USP recomenda que seja negociado um reajuste que preserve os salários de docentes e funcionários técnico-administrativos de perdas inflacionárias”.

Ainda que seja simples contornar a sinuca montada, em es-

pecial para o Cruesp, a expectativa do reitor e de parte da oligarquia que dirige a USP é a de manter um clima de confusão e conflito. Diretriz constante da tradição conservadora e privatista vigente no país e na Reitoria da USP: privatizar ganhos e dividir perdas, sejam de que tipo forem. É inequívoca a possibilidade de destruição da isonomia salarial entre os docentes das estaduais paulistas, um retrocesso para o sistema público estadual de ensino superior. Isso é inaceitável!

**Problemas à vista?** A postura da Reitoria tem provocado indignação e reações enérgicas, tanto entre docentes, funcionários e estudantes, quanto em parte não desprezível da própria oligarquia que controla a USP. No corpo da universidade, a indignação tem origem na perspectiva de destruição da universidade como agente de produção crítica de Cultura, Arte, Ciência, Tecnologia e demais recursos para emancipação da sociedade. No caso da oligarquia, a indignação do seu setor mais lúcido surge como fruto de antever o risco de que tal postura venha a comprometer o seu controle da instituição, pela clarificação de seu real papel e da necessidade de substituí-la, por meio de efetiva democratização da USP. A instabilidade política criada por esta combinação não é de bom agouro para a gestão M.A. Zago-V. Agopyan.

**Alerta.** A Reitoria da USP e o Cruesp precisam estar atentos: não há saída estável para o impasse vigente se não a negociação e a disposição de voltar atrás na conduta de ameaças e ataques, na tentativa de financiar o funcionamento das universidades via o arrocho salarial.

**Negociação, já!**

Sexta-feira, 5 de setembro, 14h, no Aud. Abraão de Moraes (IF)  
Assembleia Geral da Adusp

# Reitor não comparece à Alesp e auditório Franco Montoro repleto entoa "Fora Zago!"

A audiência pública convocada pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa (Alesp) para 27/8 tinha como objetivo questionar o reitor da USP sobre a atual situação de crise da universidade. No entanto, dois dias antes da audiência, o reitor enviou ofício à comissão, no qual cita a realização de reuniões em 26/8 (Co), 27/8 (TRT) e 3/9 (entre Cruesp e Fórum das Seis) e propõe que "minha visita [...] seja transferida para o dia 10 de setembro, ocasião em que estarão disponíveis maiores subsídios sobre a situação atual da Universidade de São Paulo".

O deputado Carlos Giannazi (PSOL) afirmou que vai entrar com representação no Ministério Público e na presidência da Alesp contra M.A. Zago por crime de responsabilidade e desobediência, tendo em vista que ele foi convocado a comparecer (e não convidado).

Apesar da ausência do reitor e de não haver quórum mínimo para a realização oficial da audiência, a atividade foi mantida pela presidente da Comissão, deputado Carlos Neder (PT), em caráter informal, para que a comunidade universitária presente pudesse ser ouvida. Com o auditório repleto, compuseram a mesa, além dos deputados Neder e Giannazi, os professores Francisco Mira-

glia (Adusp), João Chaves (Adunesp), Paulo César Centoducatte (Adunicamp); Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos; João Paulo, do Fórum Estadual de Educação; Bárbara Guimarães (DCE da USP) e Reinaldo Santos de Sousa (Sintusp).

**Desmanche da USP.** Miraglia apresentou aos presentes as propostas do Fórum das Seis, já comunicadas à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp e protocoladas no Palácio dos Bandeirantes. Para ele, existem dois projetos em curso na USP: um, daqueles que defendem ensino superior público, gratuito e de qualidade; e outro, da Reitoria, que prevê o desmanche com a desvinculação dos hospitais, "demissão voluntária" (PIDV), entre outras medidas privatizantes.

"Ontem, em uma sessão do Co, passou uma mudança regimental desvinculando da USP o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru [HRAC], uma referência internacional", denunciou o professor.

A ausência do reitor causou grande agitação no público, que em todos os momentos entoava a palavra de ordem "Fora Zago!". A deputada Sarah Munhoz (PCdoB) falou em nome das enfermeiras do



Fotos: Anderson Barbosa

Mais uma vez, pessoal das universidades estaduais comparece em peso à Alesp



Pronunciamento do professor Francisco Miraglia, da Adusp

HU, que solicitaram sua manifestação na audiência: "Os profissionais de enfermagem, os profissionais de saúde, os profissionais que trabalham dentro do sistema USP, não têm culpa da incompetência administrativa do reitor Zago".

Uma audiência pública está marcada para debater a questão da desvinculação do HRAC e do possível destino semelhante do HU. Será no dia 4/9 às 14 horas, no auditório Franco Montoro da Alesp.

## TRT-SP adverte a USP sobre ilegalidade do corte de salários

A Reitoria da USP sofreu nova derrota no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), no decorrer de audiência de conciliação com o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), em 27/8, à qual chegou sem qualquer proposta. Uma semana antes, a Reitoria já sofrera um duro revés ao ver indeferido pela desembargadora Rilma Hemetério, vice-presidente do tribunal, o seu pedido liminar contra a greve conduzida pelo Sintusp, contido em "ação declaratória de abusividade do direito de greve", protocolada em 19/8 no TRT-SP (<http://goo.gl/mc4M9H>).

Na audiência de 27/8, presidida pelo desembargador David Meirelles e pela juíza Patrícia de Toledo (ambos do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos), a USP compareceu com quatro representantes: o procurador geral Gustavo

Monaco, o chefe de gabinete José Drugowich, o diretor de finanças Peter Greiner Jr. e a procuradora Alessandra Falkenback Parmigiani.

A ata do TRT-SP registra que a USP "não trouxe nenhuma proposta concreta de reajuste salarial para esta reunião, informando que no dia 2/9 para tratar especificamente sobre este assunto, bem como no dia 3/9 o Cruesp estará reunido para a mesma finalidade, podendo a partir destas reuniões surgir uma proposta de acordo" (<http://goo.gl/D3Pk4W>).

**Violação.** Depois de informar, a respeito do corte de ponto, que a USP propôs "a suspensão do movimento grevista, com a consequente suspensão dos piquetes, se comprometendo a não promover novos descontos salariais, porém os descontos até aqui

já efetuados seriam negociados ao final", o que foi recusado pelo Sintusp, representado pelos diretores Magno de Carvalho, Neli Wada e o advogado Alceu Carreira, a ata do TRT-SP, assinada pelo desembargador Meirelles, faz severa advertência à Reitoria.

"Indagada a autarquia suscitante [a USP] se haverá descontos salariais para os grevistas no pagamento de 5/9, seus representantes aqui presentes não souberam informar, mas saem desta reunião cientes de que tais descontos não poderão ocorrer, sob pena de violação à Lei de Greve, bem como que os descontos salariais efetuados no dia 5/8 deverão ser pagos imediatamente".

Igualmente dura é a manifestação do Ministério Público do Trabalho (MPT), representado pelo procurador William Bedone: a USP, afirmou, "ao contratar funcioná-

rios pelo regime celetista, equiparou-se a qualquer empregador da iniciativa privada", de modo que, "com a deflagração do movimento paredista e com o ajuizamento posterior do presente dissídio coletivo, a decisão acerca do corte do salário dos empregados é de exclusiva competência deste TRT". Assim, "a ausência de pagamento de salários por parte da empregadora em 5/8/2014 se mostra arbitrária e flagrantemente ilegal".

Ainda no entender do procurador, cabe à vice-presidência do tribunal "deliberar acerca da ordem visando ao pagamento imediato dos salários atrasados, que se descumprida constitui crime de desobediência". Por determinação do desembargador Meirelles, os autos foram remetidos de volta à vice-presidência do TRT, para as providências que julgar cabíveis, estando marcada nova reunião para 5/9.

# Conselho Universitário adia por 30 dias decisão sobre HU, mas aprova desvinculação do HRAC

“Demissões voluntárias” (PIDV) e reajuste salarial serão discutidos em nova reunião do Co, em 2/9

Na reunião do Conselho Universitário (Co) de 26/8, realizada no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a proposta da Reitoria de desvinculação do Hospital Universitário (HU) foi retirada da pauta por 30 dias. Porém, o Co aprovou por 63 votos a favor, 27 contrários e 16 abstenções a desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC). Outros pontos previstos na pauta, como a proposta de criação de um Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e a questão das negociações salariais, foram remetidos a uma nova reunião do Co, a ser realizada já em 2/9.

A reunião foi tensa e conturbada, segundo relatos de diversos conselheiros. O reitor M.A. Zago e o vice V. Agopyan queriam aprovar imediatamente sua proposta de desvinculação da USP tanto do HU quanto do HRAC, que veio a público apenas duas semanas antes (14/8) e foi oficialmente divulgada somente há dez dias. Mas o próprio reitor anunciou, no início da reunião, que a deliberação sobre desvincular o HU seria retirada de pauta por 30 dias, dizendo levar em consideração as preocupações manifestadas pelos estudantes da Faculdade de Medicina (FM) e da Escola de Enfermagem (EE).

Profissionais de saúde do HU compareceram em peso à portaria principal do IPT, para protestar contra os planos da Reitoria. Médicos, funcionários e residentes do HU eram a maioria dos presentes, além de estudantes da FM, que aprovaram paralisação das atividades acadêmicas contra a entrega dos hospitais universitários para a Secretaria de Saúde do Estado. “Embarca na nossa luta, embarca! Corta o Zago, mas não corta o ponto!”, cantavam os manifestantes. “Não venha com a fundação privatizar o HU alheio!”.

Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, enfatizou a relevância do hospital universitário para a formação de



Centenas de manifestantes levaram seu protesto ao IPT, onde se reuniu o Co

pessoal na área da saúde. “O Sistema Único de Saúde [SUS] tem um problema muito sério de recursos humanos. A USP, abrindo mão do HU, vai estar abrindo mão de um campo de estágio muito importante para a formação desses recursos humanos, de uma ferramenta que vai solucionar um dos principais problemas do nosso sistema público de saúde”, afirmou. “Uma vez entregue para o governo do Estado, não sabemos como será a administração desse hospital. Muitos serviços estaduais são entregues hoje a organizações sociais. Isso certamente comprometerá a qualidade da assistência no HU”.

Meire Vieira, funcionária do HU e diretora do Sintusp, destacou os riscos embutidos nas medidas da Reitoria: “A gente sabe que o pacote de maldades não é só a desvinculação do HRAC e do HU, é muito mais extenso! A união tem que continuar para que não prejudiquem as outras unidades, para que a gente consiga proteger o CEPE-USP, as bibliotecas, a Escola de Aplicação, as creches, tão importantes para todo mundo”.

“Sou médico residente do HC, estudei também nesta universidade, vivi os melhores anos da minha formação médica no HU. Ele é um hospital modelo, não existe igual em nenhum lugar do Brasil, hospital público melhor não existe! É um paradigma, uma pedra no sapato de qualquer governante que seja contra os serviços públicos!”, afirmou Ciro Matsui.

## Incertezas x “alegria”.

“Somente às 12h12 recebemos a informação oficial do local do

Co”, relata a professora Marilene Proença, representante suplente da Congregação do IP. “A reunião foi cercada por incertezas sobre o local, fomos informados por telefone com pouco mais de uma hora de antecedência de que ela ocorreria no IPT em função de possibilidades de manifestações (essa justificativa foi oferecida na fala inicial do reitor)”, diz o conselheiro Luiz Silveira Menna-Barreto, representante da Congregação da EACH.

A reunião teve início por volta de 14h15, só terminando às 19h00, quando foi interrompida pelo reitor em face do horário adiantado. Na fala de abertura, ele relatou o sentimento de “alegria” que experimentou ao visitar a EACH na semana anterior, quando teve a oportunidade de conversar com docentes, funcionários e estudantes sobre a reocupação daquele campus.

Em seguida o presidente interino da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), professor Geraldo Martins da Costa, explanou sobre a situação financeira atual, enfatizando a previsão, para o presente ano, de um déficit de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Caberá ao Co apreciar até dezembro como utilizar as reservas da universidade. Reiterou as dificuldades financeiras, com empenhos vencidos em 2014 e que, conforme disse, não estavam previstos no Orçamento. Apresentou um quadro bastante difícil para este semestre.

Depois foi a vez de o professor Reinaldo Guerreiro (FEA) apresentar a proposta de criação de uma Controladoria da USP, que seria

responsável pela avaliação dos processos de gestão.

**Queixa geral.** Dirigida pelo reitor, a mesa impôs um controle draconiano das intervenções, alegando ser a pauta “muito extensa”. O professor Marcos Martins, vice-diretor do IF, informa que houve “queixa geral”, pois o tempo total concedido às manifestações dos conselheiros foi muito curto. “Muitas pessoas se inscreveram, a mesa diretora escolheu dois docentes, dois estudantes e um funcionário para falarem na primeira parte do Expediente. Os demais (nos quais fui incluída) ficamos para o final do Co, final este que não aconteceu pois fomos até o segundo ponto da pauta, referente à desvinculação de hospitais da USP”, explica a professora Marilena (IP).

“Na sequência, na palavra aos membros, o reitor estipulou, sob vários protestos, o teto de 30 minutos para as falas, com 5 minutos no máximo por fala”, resume Menna. “Somente quatro conselheiros conseguiram realizar suas falas: os representantes da Congregação do IME e da [Congregação da] EACH, bem como um representante discente e um representante dos servidores técnicos-administrativos. Em linhas gerais, todos defenderam a retirada de pauta dos pontos polêmicos, solicitando mais tempo para que a Comunidade USP pudesse realizar debates em torno das propostas”, relata José Renato Araújo, representante dos professores-doutores no Co.

“Fui o segundo a falar e, infelizmente, não pude me deter na

Daniel Garcia



Fotos: Daniel Garcia

Atitudes do reitor provocam indignação



Ameaça ao HU mobilizou equipe do hospital

questão da desvinculação do HU e do HRAC, mas manifestei meu acordo com a sugestão do representante da congregação do IME que me antecedeu, na qual recomendou a retirada de pauta para mais discussões”, conta Menna. “Mencionei esse fato e utilizei os poucos minutos para contrapor fatos a respeito da visita (e alegria) do reitor à EACH. Pontuei que a visita foi uma surpresa (nem a direção sabia), que as conversas se limitaram aos docentes e funcionários presentes na reunião do CTA e que os estudantes se mobilizaram rapidamente ao saber da visita e pediram conversa, na qual teriam manifestado dúvidas em relação à situação ambiental da EACH. Conclui minha fala mencionando o problema do depósito ilegal de terra e cobrando ações e cronogramas por parte da administração central”.

A contestação de Menna à fala do reitor incluiu ainda outros aspectos do comportamento da Reitoria frente ao *campus* leste, segundo relato do professor José Renato: “O representante da EACH ressaltou que apesar de um número considerável de docentes ter assinado documento sobre a liberação do *campus* e o retorno das atividades, o qual fora veiculado pela Reitoria para toda a USP, há um outro número considerável de docentes na unidade que ainda espera uma atuação mais respon-

sável da Reitoria, principalmente em relação à retirada de terra contaminada existente no *campus*, fruto de um crime ambiental cometido durante a gestão anterior da diretoria, questões ainda em aberto na realidade da EACH”.

Ainda no Expediente, o Co elegeu membros das comissões estatutárias, inclusive um da COP na vaga do professor Sigismundo Biloskorski, que acaba de deixar a direção da FEARP. Não houve disputa: em todos os casos houve uma única indicação por vaga. Foram eleitos, igualmente, membros da CCAD, do Conselho Editorial da Editora da USP e os representantes discentes na Caeco. Os votos foram apurados ao final da sessão.

**HU e HRAC.** A Ordem do Dia foi iniciada com a votação da tabela de vagas para o vestibular 2015, em número igual à tabela de 2014. A proposta da Reitoria foi aprovada sem votos contrários, com algumas abstenções.

Iniciado o Caderno II, o reitor leu um texto para introduzir o tema. Ele expôs sua visão sobre o que chamou de “conservadorismo na academia que impede mudanças”, citando inclusive exemplos do exterior, e noticiou ampliação da participação da comunidade na elaboração do orçamento, especialmente de diretores de unidades que têm prazo até 23/9 para manifestações e sugestões. Sobre a

questão salarial, M.A. Zago anunciou que faria pronunciamento ao final da reunião, mas adiantou que a responsabilidade por uma negociação seria compartilhada com o Co (e não mais uma decisão dele reitor).

Por fim, o reitor anunciou a retirada de pauta do ponto 1, justificando que recebeu documentos dos estudantes do HU dizendo que seriam prejudicados caso fosse aprovada a desvinculação. “Foi uma boa surpresa para o plenário e um certo alívio. Propunha que o assunto fosse retirado de pauta para que fosse instalada uma comissão para estudar a questão e avaliar os questionamentos apresentados, voltando no Co de setembro”, lembra a representante da Congregação do IP.

Houve questionamentos no sentido de que a proposta de desvincular o HRAC também deveria ser retirada de pauta, pois se tratava do mesmo item. Contudo, o reitor rejeitou esses pedidos, alegando tratar-se “de um caso diferente do HU”, e por ter recebido a manifestação da direção da FOB para que a questão fosse deliberada naquela sessão do Co.

Antes da votação houve a apresentação de dois documentos. O professor Sebastião dos Santos, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), mostrou um relatório sobre o HU e o HRAC, encomendado pela Reitoria com a finalidade de subsidiar a proposta de desvinculação. O relatório, que compara os custos operacionais do HU aos de hospitais semelhantes, como o Hospital das Clínicas (HCFMUSP) e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (HCFMRP), e aponta um custo operacional mais alto do HU, foi muito contestado na reunião do Co.

Coube ao vice-reitor apresentar outro relatório, sobre os salários no HU, no qual ressaltou a diferença de vencimentos em relação ao HCFMUSP. De acordo com V. Agopyan, os funcionários do HU ganham bem melhor que os do HC.

Depois de tais exposições começou a discussão sobre o HRAC, iniciada pela manifestação da professora Maria Aparecida Moreira Machado, diretora da FOB, unida de que se relaciona diretamente com o hospital. Ela mostrou apoio à proposta da Reitoria, afirmando que esta não era somente a sua posição enquanto diretora, mas da comunidade que se relaciona diretamente com o HRAC, depois de ter realizado “ampla consulta” a toda a comunidade por meio da Congregação da FOB e dos órgãos diretivos do próprio HRAC.

Em seguida manifestaram-se a representação discente e a representação dos funcionários, que solicitaram a retirada de pauta da questão do HRAC, o que foi prontamente rechaçado por M.A. Zago, que encaminhou a questão para votação. Ele rejeitou até mesmo a possibilidade regimental de vistas do processo, solicitada por Neli Wada, conselheira representante dos funcionários.

Desse modo, a Reitoria obteve 63 votos favoráveis à desvinculação do HRAC, pouco mais do que os 58 necessários à aprovação da medida. A intervenção “chapa-branca” da direção da FOB, já antecipada em reunião local (<http://goo.gl/XOrq1N>), pode ter arrematado os votos que fizeram a diferença. O vice-diretor do IF, propenso a votar contra a desvinculação, mas sem “clareza nenhuma” quanto ao assunto, resolveu mudar de posição após ouvir a intervenção de Bauru: “Ela fez um relato de que todas as categorias são a favor. Votei a favor da desvinculação do HRAC, porque o pessoal de lá é a favor”, explica ele, ressaltando porém que permanece inteiramente contrário à desvinculação do HU.

O conselheiro José Renato Araújo foi um dos que mantiveram posição contrária à desvinculação do HRAC: “O voto da representação dos professores doutores no Co foi contrário à proposta da Reitoria, uma vez que a nosso ver o tempo de discussão na Comunidade USP sobre a questão foi muito exíguo!”, declara em seu blogue (<http://goo.gl/vToz2Z>).

Finalizada a votação, o reitor decidiu encerrar a sessão, mas antes informou que as decisões sobre as negociações e todas as decisões sobre salários e demais temas financeiros serão, a partir desse momento, aprovadas no Co. Procurou implicar os membros do Co em tudo o que for decidido e chegou a determinar ao procurador geral da USP, Gustavo Monaco, presente à reunião, que desse sua opinião sobre o tema, a mesma defendida pelo reitor, qual seja: a de que dar reajuste sem dinheiro suficiente em caixa pode configurar improbidade administrativa.

O professor Martins qualifica a manobra como “ameaça velada” aos membros do Co: “Se isso é verdade [o risco de incorrer em improbidade], por que [o ex-reitor J.G.] Rodas não está sendo processado?”, questiona o vice-diretor do IF, que afirma que teria feito essa pergunta ao reitor se a reunião não tivesse sido encerrada. “A discussão da próxima terça-feira [2/9] tem tudo para ser muito interessante”, conclui.

# Graves inconsistências do “pacote” da Reitoria

O pacote de medidas submetido pela Reitoria ao Conselho Universitário (Co), para ser votado a “toque de caixa”, contém três medidas principais: 1) corte de 3 mil funcionários técnico-administrativos, por meio do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV); 2) transferência da gestão do Hospital Universitário (HU) à Secretaria de Estado da Saúde; e 3) transferência da gestão do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) também à Secretaria de Estado da Saúde.

A primeira constatação sobre tal pacote é o fato de que a comunidade só tomou conhecimento dele quando a *Folha de S. Paulo* divulgou, em 14/8, o teor das medidas então supostamente em estudos. No dia seguinte, em reunião com 80 diretores de unidades, a Reitoria apresentou seu plano oficial, que incluía a maioria das medidas anunciadas pelo jornal.

Nesta reunião, segundo a USP, “foi apresentada a proposta para a transferência” do HU e do HRAC para a Secretaria de Estado da Saúde, sendo que o primeiro “poderia ser incorporado como um instituto ligado à autarquia especial do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina”, ao passo que para o segundo “seria criada uma nova autarquia”. Os servidores de ambas as instituições “continuariam ligados à Universidade” (<http://goo.gl/3HTcUY>).

Outras medidas para o “reequilíbrio financeiro” apresentadas na reunião de 15/8, prossegue o informe oficial, “dizem respeito aos servidores técnico-administrativos (e não abrangem os docentes): a implementação de um programa de incentivo à demissão voluntária e de um projeto de flexibilização da jornada de trabalho”. Os estudos para o PIDV “tomaram como referência um público-alvo formado por cerca de 2.800 servidores celetistas com idade entre 55 e 67 anos e com, pelo menos, vinte anos de trabalho na USP”.

Ambas as medidas foram incluídas na pauta da sessão do Co de 26/8, para deliberação, juntamente com a proposta de transferência da gestão do HU e do HRAC

para a pasta estadual da Saúde. Ou seja, o Co deveria decidir sobre propostas que vieram a público, oficialmente, 11 dias antes.

**PIDV para valer?** O documento com que a Reitoria subsidia a discussão do seu PIDV pelo Co possui exatas duas páginas, nas quais anuncia que tal “mecanismo tem sido amplamente utilizado, tanto no âmbito governamental quanto empresarial, para possibilitar a redução das despesas com pessoal nas organizações, bem como para atender aos anseios dos trabalhadores [sic]”; que se trata “de um incentivo para que os funcionários se desliguem voluntariamente da empresa [sic]”; que prevê os seguintes benefícios: indenização equivalente a um salário por ano trabalhado, até o limite de 20 salários, podendo atingir valor máximo de R\$ 400 mil por funcionário, mais parcela equivalente a 40% do saldo do FGTS, mais verbas legais rescisórias.

Ainda de acordo com a Reitoria, sugere-se a alocação de R\$ 400 milhões no Orçamento da USP de 2015 com a finalidade de custear o PIDV. Caso o programa tenha sucesso e alcance suas metas, “deverá haver uma redução de gastos com a folha de pagamento da ordem de 6,5% possibilitando uma significativa redução do déficit a partir de 2016”. O documento admite que “o desenho do programa deverá ser concluído nas próximas semanas”.

Estarrecedor é o seguinte parágrafo: “Para garantir o sucesso do programa em seu objetivo de ajuste orçamentário, os desligamentos dos servidores inscritos no programa somente serão efetivados se alcançada a meta originalmente estabelecida de redução das despesas com pessoal, caso contrário o programa poderá ser encerrado sem a efetivação dos desligamentos”. Quer dizer: se a adesão for inferior à esperada, o PIDV não será para valer.

Embora na versão oficial a medida esteja a serviço do saneamento financeiro da USP, “não há nada inocente no PIDV”, opina a professora Klara Kaiser Mori (FAU). “Trata-se, de fato, de componente de um programa político

de precarização do trabalho na universidade, do qual a entrevista da revista *Veja* escancarou o argumento principal: a natureza estável do vínculo trabalhista do servidor público. O desejável [para a Reitoria] seria a contratação de professores e funcionários por seu valor de face, e a possibilidade de sua demissão livre sempre quando se tornassem indesejáveis. Ou seja, o que está na mira é a estabilidade dos empregos”.

Assim, prossegue, “a revisão dos planos de carreira, a introdução das avaliações por produtividade, a terceirização de parte dos serviços, a volta dos contratos precários, o PIDV, e a mudança de vinculação do HU são facetas desse mesmo e único projeto”. Klara questiona “o sentido pedagógico nefasto de um estatuto de trabalho condicionado pelo medo”, e denuncia: “É essa a pedagogia de trabalho que se quer implantar aqui a ferro e fogo”.

**Manobra regimental.** A proposta de desvinculação do HU e do HRAC da USP, apresentada pela Reitoria ao Co, teve o seguinte enunciado: “Vinculação dos Hospitais Universitários ao Gestor Estadual do SUS, por meio de uma autarquia associada à USP. Proposta de supressão dos incisos I e II do artigo 8º e inclusão do artigo 263 nas Disposições Gerais do Regimento Geral da USP, em decorrência da transformação do HU e HRAC em Entidades Associadas”.

Os incisos citados estabelecem que são “órgãos complementares” da universidade o HU e o HRAC. A supressão dos incisos e subsequente “transformação em Entidades Associadas” na prática tornaria puramente decorativo o vínculo entre ambos e a USP (o que já é o caso do HRAC, em vista da decisão tomada pelo Co em 26/8).

Tão logo se anunciaram as propostas, pensou-se que exigiriam, para aprovação no Co, quórum qualificado (dois terços). Mas a verdade é que o artigo 16, parágrafo único, item 13 do Estatuto da USP, que prevê a competência do Co no tocante à criação, incorporação e extinção de órgãos da Universidade, teve a sua redação alterada pela

Resolução 5.928, de 2011, que determinou a desnecessidade de quórum qualificado nos casos que envolvam os chamados “órgãos Complementares”. Bem a calhar...

A eventual autarquia do HU levaria a uma situação intrigante: seria lícito transformar-se em mera “Entidade Associada”, e não “órgão Complementar”, uma instituição que tem cerca de 80% de suas despesas cobertos pela USP?

## Irresponsabilidade.

Quanto ao mérito das propostas, salta aos olhos a irresponsabilidade e violência da proposta de descarte do HU e do HRAC. Não foi informado, sequer, se houve consultas ao governo estadual a respeito da transferência. Pior ainda, foram desconsideradas as questões concernentes à importância dessas instituições médicas no que diz respeito à formação de pessoal qualificado e à interação com as unidades de ensino da USP.

No caso do HU, ele atende estudantes pertencentes a cursos de sete diferentes unidades da USP: Medicina, Fisiologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (FM), Nutrição (FSP), Enfermagem (EE), Ciências Farmacêuticas (FCF), Odontologia (FO), Psicologia (IP) e Obstetrícia (EACH). Em 2012, atendeu 1.123 alunos de graduação (dos quais 487 da FM e 368 da EE) e 507 de pós-graduação.

Em 2013, segundo o professor José Pinhata Otoch, diretor do HU, as receitas do hospital foram de R\$ 346,7 milhões, dos quais R\$ 268 milhões (77%) corresponderam a repasses da USP para gastos com pessoal. As despesas, por sua vez, foram de R\$ 335,9 milhões (<http://goo.gl/Q2ey0Y>).

Como a USP terá de continuar pagando seus funcionários caso ocorra a eventual transferência do HU à pasta estadual da Saúde, a “economia” anual resultante será da ordem de aproximadamente R\$ 68 milhões — soma das despesas com material de consumo, serviços terceirizados, serviços em geral e utilidade pública. Muito pouco, quando consideradas as enormes perdas em termos de ensino para toda a área de saúde da USP.

Tal política interessa a quem?

# Frustrante reunião com M.A. Zago e V. Agopyan sobre confisco salarial

A Adusp reuniu-se com a Reitoria da USP em 28/8. Representaram a administração o reitor M.A. Zago, o vice-reitor V. Agopyan, o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandez, e o chefe de gabinete José Drugowich. Representaram a Adusp os professores Ciro Correia, presidente da entidade; Décio Crisol Donha (EP), Kimi Tomizaki (FE), Laura Alves Martirani (Esalq), Lilian Gregory (FMVZ), Paula Marcelino (FFLCH), Plauto Aranha Watanabe (FORP), membros do Conselho de Representantes (CR); Jorge Souto Maior (FD), Rodrigo Ricupero (FFLCH) e Tércio Redondo (FFLCH), participantes da Comissão de Mobilização.

A reunião foi agendada por decisão da sessão de 18/8 da AG para levar ao reitor a posição dos docentes de que o corte de ponto e desconto do salário são inaceitáveis e devem ser revertidos. Prevista para durar uma hora, a reunião estendeu-se de 10h30 a 12h15, mas não houve qualquer avanço, dada a insistência do reitor de ignorar até mesmo a reprimenda sofrida pela USP, na véspera, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), que considerou ilegal o corte de ponto (<http://goo.gl/tbjwis>).

O professor Souto Maior, que precisou retirar-se antes do final, fez um rápido comentário, após o qual solicitou ao reitor que se pronunciasse “sobre o pleito que trouxemos aqui”, antes de sua saída. Ciro reforçou o pedido. Neste momento, M.A. Zago respondeu, causando perplexidade geral: “Não será com esse grupo, por mais qualificado que eu reconheço que seja, ou [com] as instâncias da Adusp, que também respeito, que essa questão será tratada”.

**Falam os docentes.** No início da reunião, o presidente da Adusp introduziu o tema proposto desde o agendamento. Sugeriu que todos os integrantes da comissão da Adusp se apresentassem e avaliassem as consequências dessa medida da Reitoria em suas unidades, o que foi aceito pelo reitor.

A professora Laura relatou que na Esalq prevalece um ambiente marcado pelo “abatimento” de funcionários e docentes, todos esvaídos, “aniquilados diante da atitude da Reitoria contra os que lutam legitimamente por seus direitos e na defesa da universidade à qual tanto

se dedicam”. O professor Rodrigo citou a importância dos funcionários como segmento fundamental da instituição, defendendo que a solução para o impasse seria a Reitoria “abrir negociações de fato, e não esse tipo de retaliação contra um movimento legítimo”.

O professor Souto Maior argumentou que o confisco salarial “prejudica o convívio, levando ao acirramento da crise e não à sua solução”. Caberia à Reitoria “reconsiderar a decisão, contribuindo assim para restabelecer condições para a necessária interlocução”. A professora Lilian referiu-se ao sofrimento dos submetidos a essa injustiça, recorrendo a uma analogia com a medicina: sugeriu que não seria esse o tratamento recomendado para a crise posta, uma vez que, ao invés de resolvê-la, a agrava.

Após afirmar ter votado no reitor, por ter confiado no programa apresentado pela chapa, a professora Kimi descreveu sua decepção com a conduta da gestão, as declarações à mídia, a postura inflexível. Concluiu que cabe a M.A. Zago dar o primeiro passo para sair do impasse, que reverter o corte é fundamental. Por sua vez, o professor Tércio lembrou o fato de a greve, que a princípio teve caráter salarial, ter adquirido maior vulto diante da crise de credibilidade que atinge a Reitoria, sobretudo face aos ataques desferidos na mídia contra a instituição.

“Procurei mostrar ao reitor que na Poli não há o mínimo apoio ao corte de ponto de funcionários grevistas. Na Congregação, não houve uma fala sequer de apoio ao corte”, afirmou o professor Décio. “É visível o autoritarismo do reitor, que continua defendendo todas as suas posições”, avaliou.

## “Marco civilizatório”.

O reitor agradeceu a visita. Disse: “Por que a Adusp solicita tratar dessa questão que diz respeito aos

funcionários e ao Sintusp?”, em seguida indagou ao professor Ciro se a Reitoria havia se negado alguma vez a agendar as reuniões solicitadas. O presidente da Adusp respondeu que todas as reuniões foram marcadas, mas registrou que, até hoje, nenhuma das demandas da Adusp foi devidamente encaminhada.

Desconcertado, M.A. Zago prosseguiu defendendo o corte de ponto e desconto de salários, disse não ter dúvidas sobre a legalidade da medida e que esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). O corte de ponto, afirmou, é um “marco civilizatório para colocar limites nesse tipo de conflito”. Acrescentou que a situação financeira da USP é trágica; que o pleito salarial é impossível de ser atendido; que a Reitoria não trabalha com sonhos e ilusões; que vai dividir com o Co a decisão de dar ou não um reajuste salarial.

Em contraposição, Ciro frisou que o confisco salarial é uma questão grave, que afeta amplamente a instituição, sendo da responsabilidade de todos os protagonistas a busca de soluções. Argumentou que é inaceitável propor que um ato tão ilegítimo e violento como o corte de ponto seja entendido como “limite civilizatório” a disciplinar o exercício de um direito e um interesse coletivo. Ponderou serem absolutamente desprovidas de fundamentação as alegações da Reitoria de que os pleitos salariais são impossíveis de serem atendidos.

Mais adiante, o reitor tentou reduzir a greve a um mero conflito

salarial. Ciro rebateu, lembrando as declarações depreciativas do RDIDP e as considerações sobre pesquisadores acomodados. “Fui mal interpretado!”, reagiu Zago. “Eu nunca disse que o RDIDP é uma jabuticaba brasileira [sic], eu tenho apreço pelo RDIDP, mas precisa ver onde ele é de fato necessário”.

A seguir, o vice-reitor declarou que mais de 100 médicos do HU teriam vencimentos iguais ou superiores a R\$ 50 mil, graças a uma política de remuneração de plantões. A comissão da Adusp argumentou que, na existência efetiva de qualquer irregularidade, é obrigação da USP equacionar o problema, ao invés de usar uma distorção pontual para atacar a instituição como um todo e pleitear sua desvinculação.

O reitor interveio para assinalar que o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (HCFMRP) e o de São Paulo (HCFM) “funcionam muito bem”. Funcionam bem, devolveu o presidente da Adusp, apenas para quem defende a interferência de instituições privadas que atuam junto a esse tipo de instituição pública, “como no caso das fundações privadas de apoio, as quais nós tanto temos criticado”.

Nesse momento, Ciro acrescentou uma crítica à desvinculação do HU e do HRAC que surpreendeu o reitor: a proposta da Reitoria está sendo conduzida de forma “absolutamente antiacadêmica, porque num ritmo, num prazo e com um viés que não permitem a análise das razões e eventuais justificativas, de modo a tomar uma decisão serena e embasada”. O reitor não respondeu.



Anderson Barbosa

Início da reunião, que ocorreu na sede da Fuvest